

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1008260-15.2014.8.26.0566
Classe - Assunto	Cautelar Inominada - Liminar
Requerente:	ANTONIO COTA DOS SANTOS
Requerido:	Banco Itauleasing S/A

Justiça Gratuita

ANTONIO COTA DOS SANTOS ajuizou ação contra BANCO ITAULEASING S/A, pedindo a condenação à confecção de cálculos reveladores do saldo devedor de um contrato de financiamento firmado aproximadamente em 21 de junho de 2011, para aquisição de um automóvel, pois desconhece o valor efetivamente pago e tem interesse em verificar o valor contratado, o valor pago, os juros, taxas, amortizações e multas pendentes.

Citado, o réu contestou o pedido, arguindo a necessidade de suspensão do curso do processo e a improcedência do pedido, pois sempre disponibilizou para a parte os documentos pertinentes à contratação.

Manifestou-se o autor.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não pertence ao objeto desta lide cautelar a discussão a respeito do contrato em si e dos encargos pactuados.

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Pretende o autor apenas a exibição de documento.

Previamente notificou o réu, para a exibição do documento, explicitando seu interesse em conhecer a evolução do saldo devedor, notadamente a forma de sua composição (fls. 28). Não tendo sido atendido, justificável se apresentou a iniciativa da ação judicial.

De acordo com o decidido pelo Superiore Tribunal de Justiça, no REsp 1.349.453/MS, pelo rito do art. 543-C do CPC, "a propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária.

O réu exibiu, com a contestação, a cópia do contrato e de documentos pertinentes à contratação. Mas não apresentou a planilha de evolução do saldo devedor, tal qual pretende o autor.

Pondere-se que, apresentada a planilha, não se discutirá nestes autos a composição do saldo devedor, a legalidade dos encargos contratados ou a oportunidade de incidência de qualquer deles, pois o objeto processual se resume à apresentação desse documento. Portanto, não se transmudará em ação revisional, muito menos em ação de prestação de contas.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno o réu à exibição do documento pedido, qual seja, a planilha de cálculo de apuração do saldo devedor contratual. As consequências de eventual omissão serão analisadas na ação principal, se e quando proposta.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Condeno-o ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios fixados por equidade em R\$ 600,00.

P.R.I.C.

São Carlos, 28 de abril de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**